



MUNICÍPIO DE ALENQUER

Divisão de Contratação

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSPEÇÃO DE ELEVADORES,
MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES**

PROC. 145/2021_CMA

CONSULTA PRÉVIA

CADERNO DE ENCARGOS



ÍNDICE

Parte I – Cláusulas Jurídicas

Cláusula 1. ^a (Objeto)	3
Cláusula 2. ^a (Contrato)	3
Cláusula 3. ^a (Prazo de vigência)	4
Cláusula 4. ^a (Obrigações principais do prestador de serviços)	4
Cláusula 5. ^a (Objeto do dever de sigilo)	4
Cláusula 6. ^a (Prazo do dever de sigilo)	4
Cláusula 7. ^a (Preço base)	5
Cláusula 8. ^a (Preço contratual)	5
Cláusula 9. ^a (Condições de pagamento)	6
Cláusula 10. ^a (Penalidades contratuais)	6
Cláusula 11. ^a (Força maior)	7
Cláusula 12. ^a (Resolução por parte do Município de Alenquer)	7
Cláusula 13. ^a (Resolução por parte do prestador de serviços)	8
Cláusula 14. ^a (Caução)	8
Cláusula 15. ^a (Seguros)	8
Cláusula 16. ^a (Foro competente)	9
Cláusula 17. ^a (Subcontratação e cessão da posição contratual)	9
Cláusula 18. ^a (Comunicações e notificações)	9
Cláusula 19. ^a (Contagem dos prazos)	9
Cláusula 20. ^a (Legislação aplicável)	9

Parte II – Cláusulas Técnicas

Cláusula 21. ^a (Obrigações principais do prestador de serviços)	10
Cláusula 22. ^a (Inspeções objeto de contrato)	10
Cláusula 23. ^a (Serviços objeto de contrato)	11
Cláusula 24. ^a (Relatório de atividade)	11
Cláusula 25. ^a (Número de inspeções)	12



PARTE I CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas do contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **“aquisição de serviços para inspeção de elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes”**, na área geográfica do Município de Alenquer, para cumprimento do Decreto-Lei n.º 320/02, de 28 de dezembro.

2 - À presente aquisição de serviços corresponde a categoria 71631000-0 – *serviços técnicos de inspeção* conforme o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão de 28 de novembro de 2007 que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), e as Diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho 2004/17/CE e 2004/18/CE, relativas aos processos de adjudicação de contratos, no que respeita à revisão do CPV.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.^a

Prazo de vigência

O contrato, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo, entra em vigor no primeiro dia útil seguinte ao da celebração do contrato e cessa a sua vigência logo que atingido o primeiro dos seguintes limites:

- a) Pelo prazo de 3 (três) anos;
- b) Ou até ao limite do preço contratual.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, da proposta adjudicada decorrem para o prestador de serviços as obrigações constantes nas cláusulas técnicas - **Parte II** do caderno de encargos, o qual faz parte integrante

Cláusula 5.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Alenquer, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Excluem-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 6.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou de credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.



SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ALENQUER

Cláusula 7.^a

Preço base

1 - O preço base é o preço máximo que o Município de Alenquer se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

2 - O preço base fixado para a presente prestação de serviços objeto de contrato é de **€ 37.182,90,00 (trinta e sete mil cento e oitenta e dois euros e noventa centimos)**, acrescido do IVA à taxa em vigor, em que, por cada serviço a efetuar, o Município se dispõe a pagar até ao valor máximo das quantias abaixo indicadas:

- a) Inspeções periódicas a elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, até € 48,81 (quarenta e oito euros e oitenta e um centimo);
- b) Reinspeções a elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, até € 48,81 (quarenta e oito euros e oitenta e um centimo);
- c) Inspeções extraordinárias - € 48,81 (quarenta e oito euros e oitenta e um centimo);
- d) Realização de inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações - € 00,00 (zero euros);
- e) Selagem dos equipamentos, sempre que se justifique a necessidade - € 00,00 (zero euros);
- f) Selagem dos equipamentos, quando se verifique que tenha terminado o prazo em que a inspeção / reinspeção deva ter sido requerida, até € 10,80 (dez euros e oitenta centimos)

Cláusula 8.^a

Preço contratual

1 - Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município de Alenquer deve pagar ao prestador de serviços os preços unitários constantes da proposta adjudicada, acrescidos de IVA à taxa em vigor, se este for legalmente devido, tendo em conta o número de inspeções efetuadas, até ao valor máximo do preço base.

2 - Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Alenquer (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).



Cláusula 9.^a

Condições de pagamento

- 1 - A(s) quantia(s) devidas pelo Município de Alenquer, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de **60 dias após** a receção e validação pelo Município de Alenquer das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e acompanhadas do relatório previsto na cláusula 7.^a.
- 2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão dos relatórios das inspeções efetuadas nos termos da cláusula 7.^a.
- 3 - Em caso de discordância por parte do Município de Alenquer, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 4 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 10.^a

Sanções contratuais

- 1 - Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Município de Alenquer pode aplicar do prestador de serviços uma sanção de uma natureza pecuniária, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da obrigação, prevista na alínea a), b), c), d e e) do n.º 1 da cláusula 4.^a do presente caderno de encargos será aplicada sanção de 1 % do preço contratual.
- 2 - O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo de resolução do contrato.
- 3 - Nos casos em seja atingido o limite previsto no número anterior e o Município de Alenquer decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
- 4 - As sanções previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alenquer exija uma indemnização pelo dano excedente.
- 5 - Os valores das sanções serão descontados na fatura do prestador de serviços.
- 6 - Caso não existam faturas que permitam efetuar o desconto da sanção, o prestador de serviços fica obrigado à liquidação da dívida.



Cláusula 11.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12.^a

Resolução por parte do Município de Alenquer

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Alenquer pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de



forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Sempre que, por razões imputáveis ao prestador de serviços se verifique o não cumprimento dos prazos previstos no presente caderno de encargos;
- b) Por falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais.

2 - O direito de resolução referido nos números anteriores exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Alenquer.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando se verifique o incumprimento de obrigações pecuniárias pelo Município de Alenquer por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros de mora;

2 - Nos casos previstos no número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Alenquer, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3 - A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 14.^a

Caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é obrigatória a prestação de caução no âmbito do presente contrato.

Cláusula 15.^a

Seguros

1 - É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes a prestação de serviços, exigidos por lei, durante a vigência do contrato.

2 - O Município de Alenquer pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 5 dias.



CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 16.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização prévia da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, o contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos aplicando-se o artigo 280.º do mesmo.



PARTE II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 21.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos, da adjudicação da presente aquisição de serviços decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- a) Efetuar as inspeções periódicas e reinspeções, inspeções extraordinárias e selagem aos elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, solicitadas pelo Município de Alenquer, no prazo máximo de 15 dias a contar da data do pedido;
- b) Prestação dos serviços de acordo com os requisitos e em cumprimento das disposições legais em vigor;
- c) Realizar inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações, no prazo máximo de 15 dias a contar da data do pedido;
- d) Sempre que se justifique a necessidade de selagem do equipamento, na sequência do ato de inspeção, reinspeção e inspeção extraordinária, não deverá ser acrescido nenhum valor adicional ao valor dos mesmos;
- e) Efetuar a selagem dos equipamentos, solicitada pelo Município de Alenquer, quando se verificar que tenha terminado o prazo em que a inspeção / reinspeção deva ter sido requerida, no prazo máximo de 15 dias a contar da data do pedido;

2 – A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 22.^a

Inspeção objeto de contrato

1 - São objeto do contrato e na medida da respetiva solicitação do Município de Alenquer, os seguintes serviços:

- a) Inspeções periódicas e reinspeções a elevadores, monta-cargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes;
- b) Inspeções extraordinárias, sempre que consideradas necessárias;
- c) Realização de inquéritos a acidentes decorrentes da utilização ou das operações de manutenção das instalações;
- d) Selagem dos equipamentos, sempre que se justifique a necessidade;



- e) Selagem dos equipamentos, quando se verifique que tenha terminado o prazo em que a inspeção/reinspeção deva ter sido requerida.

Cláusula 23.^a

Serviços objeto do contrato

1 - A presente prestação de serviços incide especialmente sobre:

- a) Verificação das exigências regulamentares;
- b) Exame visual da instalação;
- c) Verificação dos dispositivos de encravamento;
- d) Verificação dos dispositivos elétricos de segurança;
- e) Verificação dos dispositivos de suspensão e ligações;
- f) Verificação do sistema de travagem;
- g) Verificação da continuidade do circuito de terra;
- h) Verificação da atuação dos fins de curso;
- i) Verificação da aderência;
- j) Verificação da atuação do limitador de velocidade;
- k) Verificação da atuação do pára-quedas;
- l) Verificação dos amortecedores;
- m) Verificação do dispositivo de pedido de socorro;
- n) Verificação do dispositivo de paragem por encontro de obstáculos da cabina ou contrapeso;
- o) Verificação da atuação das seguranças contra entalamentos nas escadas mecânicas e tapetes rolantes;
- p) Emissão dos certificados ou das notas de não conformidade;
- q) Selagem dos equipamentos que não estejam em conformidade.

2 - Estes ensaios e verificações serão realizados com aparelhos de medição devidamente calibrados por Laboratórios Acreditados no âmbito do Sistema Português da Qualidade.

Cláusula 24.^a

Relatório de atividade

1 – O prestador de serviços ficará ainda obrigado a elaborar e remeter a este Município, o relatório da sua atividade contratual, do qual deverá constar:

- a) O número de inspeções e selagens de instalações solicitadas por este Município;
- b) O número de instalações inspecionadas e seladas;
- c) O número de certificados de inspeções periódicas emitidos;
- d) Os relatórios individuais das inspeções efetuadas;
- e) A lista de cláusulas impostas para as instalações reprovadas.

2 – O relatório previsto no número anterior deve acompanhar a respetiva fatura.



Cláusula 25.^a

Número de inspeções

O número de inspeções a solicitar pelo Município de Alenquer, **em cada mês**, será igual ao número de instalações cuja validade do seu certificado de inspeção periódica expire nesse mês ou resultante da periodicidade imposta pelo n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei 320/2002, de 28 de dezembro.